



# **PARTICIPAÇÃO SOCIAL, DEMOCRACIA DELIBERATIVA E TICS: UMA ANÁLISE DO COREDE MISSÕES PELA CONSULTA POPULAR NO PERÍODO 2005-2010**

**Luis Cláudio Villani Ortiz<sup>1</sup>**

**Emerson Juliano Lucca<sup>2</sup>**

**Erica Karnopp<sup>3</sup>**

**Ronaldo Leão de Miranda<sup>4</sup>**

## **Resumo**

O presente artigo pautou-se pelo objetivo de avaliar o nível de participação quantitativa do missioneiro gaúcho nos processos democráticos participativos de planejamento regional que, no caso do Rio Grande do Sul (RS), é constituído pela denominada Consulta Popular. Complementarmente, busca conhecer o nível de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nesse tipo de processo democrático. Para tanto, exigiu um passeio sobre as principais teorias que abordam a questão das democracias deliberativas, entendendo como elas fortalecem e impõem novos desafios no processo de planejamento territorial e ressaltam como só um processo descentralizado de planificação pode efetivamente

---

*Recebimento: 26/9/2016 • Aceite: 15/11/2016*

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Santa Cruz do Sul. Docente da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Santo Ângelo, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia, Universität Tübingen, Alemanha. Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil.

expressar as tensões e coesões daqueles que realmente constroem seu espaço. Através do estudo, verificou-se que, na região das Missões do RS, o processo democrático participativo é significativo, com boa atuação da sociedade, contudo, a utilização ainda é tímida e as limitações de infraestrutura não são limitantes à participação dos agentes que constroem seu território.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial; Democracia Participativa; TICs; Consulta Popular

## **PARTICIPACIÓN SOCIAL, DEMOCRACIA DELIBERATIVA Y TIC: UN ANÁLISIS DE MISIONES COREDES PARA LA CONSULTA POPULAR EN EL PERÍODO 2005-2010**

### **Resumen**

Este artículo fue marcado con el fin de evaluar el nivel de participación cuantitativa del misionero gaucho en los procesos democráticos participativos de planificación regional, en el caso de Rio Grande do Sul (RS) consiste en la llamada Consulta Popular. Además, trata de conocer el nivel de uso de las Tecnologías de la Información (TIC) y en este tipo de proceso democrático. Obviamente, por lo que exigió un paseo en las principales teorías que abordan el tema de la democracia deliberativa, la comprensión de cómo se fortalecen e impone nuevos desafíos en el proceso de planificación territorial y cómo solamente un proceso de planificación descentralizada pueden expresar eficazmente las tensiones y los cohesions realmente construir su espacio. A través del estudio se encontró que en la región de las misiones de la RS, el proceso democrático participativo es significativa, con un buen rendimiento de la empresa, pero su uso sigue siendo limitado y que las limitaciones de infraestructura no están limitando la participación de los jugadores que construyen su territorio.

**Palabras clave:** Planificación territorial; La democracia participativa; TIC; La consulta popular

## Introdução

A necessidade de pensar a construção de um território melhor para se conviver tem balizado o interesse de um conjunto significativo de atores sociais nessas últimas décadas. O como fazer e para quem fazer essa construção torna-se o grande debate entre os pensadores do desenvolvimento regional. Desta forma, o desafio do planejamento territorial precisa ser percebido e compreendido, não apenas em torno de uma racionalidade e uma técnica, mas também pensado como produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural onde está ou será desenvolvido.

Para entender melhor o papel do território, retornamos a Pecqueur (2009), o qual enfatiza a necessidade de compreender o território como uma conjunção do espaço comum abstrato construído por grupos, os quais contribuem para a elaboração do recurso que fundamenta o “interno” – representando suas regionalidades, suas especificidades, em relação ao “externo” – ao homogêneo.

Em outras palavras, o território torna-se um espaço central de coordenação entre os atores com interligações territoriais e culturais, interessados na resolução de problemas produtivos, causadores do desenvolvimento regional. A partir dessa coesão na resolução dos problemas do território é que começa a se expressar a lógica territorial, onde o desenvolvimento ocorre por um sistema “de baixo para cima”, focando mais para a horizontalidade organizativa do que para a verticalidade da lógica hegemônica.

Maillat (2002) e Pecqueur (2009) ampliam a abordagem demonstrando que processos de integração que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do sistema territorial de produção, juntamente com sistemas capazes de estabelecer uma nova relação espaço-temporal de transformações, por sua vez potencializam a capacidade de modificar, não apenas os segmentos econômicos, como também as relações sociais e de poder.

Becker (1995) contextualiza que esse sistema de construção social é baseado em processos e inter-relações sociais e territoriais que intervêm em todos os níveis, condicionado por um contexto social.

Para Fernandez (2003), além dos fatores econômicos, a formação do espaço faz-se pela construção de uma dinâmica territorial, na qual a consciência de pertencimento mútuo e um padrão de coalizão representativo de interesses sociais tendem a resultar em processos de ampliação da cooperação entre os atores, método esse que o autor chama de densidade institucional.

Este tipo de construção, através do olhar de Amin (2000), representa a exploração de uma via alternativa que:

... se basa en la movilización del potencial endógeno de las RMF<sup>5</sup>, mediante esfuerzos encaminados a mejorar la base para una oferta local definida de forma más amplia, defendiendo la idea de que la 'riqueza de las regiones' es la principal fuente de desarrollo y renovación. [...] De hecho, sus axiomas contrastan fuertemente con la ortodoxia política puesto que tiende a favorecer políticas aplicadas de abajo a arriba, específicas para cada región, a más largo plazo y basadas en una pluralidad de actores. Desde el punto de vista conceptual, frente al individualismo de la ortodoxia (es decir, el centralismo del homo oeconomicus), reconoce las bases colectivas y sociales del comportamiento económico y, por esta razón, podría ser descrita en cierto modo como una perspectiva institucionalista del desarrollo regional (AMIN, 2000 p.48).

Como lembram Fernández e Brandão (2010), deve-se considerar na análise, a articulação das distintas escalas espaciais através das quais diferentes atores que se relacionam, dos distintos níveis de decisão que são tomados, e variados níveis de organização espacial que são promovidos.

Córdoba (2010) explica que o desafio é repensar um conjunto de procedimentos e práticas sociais e políticas de planejamento territorial. Esses procedimentos ocorrem a partir de bases mais horizontais, mais participativas e com perspectivas de ação e de avaliação, que busquem integrar os diferentes segmentos sociais e os distintos níveis escalares de gestão territorial para que se consiga avançar em torno de um desenvolvimento regional.

Boisier (1995) nos ensina:

[...] Sin la participación de la región, como un verdadero ente social, la planificación regional solo consiste – como por lo demás prueba la experiencia histórica – en un

---

<sup>5</sup> RMF: Regiões Menos Favorecidas.

procedimiento de arriba hacia abajo para assignar recursos financeiros o de outra índole entre espacios arbitraria o erróneamente llamados 'regiones' (BOISIER 1995, p.29).

Nesse contexto, forma-se a necessidade da participação popular na edificação desse olhar para o futuro do território e, dessa forma, estabelece-se a importância da participação democrática. Cordoba (2010) expressa com muita categoria a riqueza dessa participação:

This is why we must advocate an intensification of democracy, a model of participatory democracy, and trust in the rules of democratic play. The public interest would thereby be the result of a socio-political debate on the objectives and priorities of society. If we conclude that the public interest can only be the result of the ordering of real priorities through a socio-political process free of special interests, we could agree that planning procedures, as a method of political decision, should incorporate the appropriate mechanisms to make it possible for it to reflect the public interest (CÓRDOBA, 2010. p.384).

Partindo desses preceitos, o presente artigo pretende analisar através do tratamento de dados secundários e pesquisa bibliográfica, a importância dos processos participativos organização do território missioneiro que, no caso do Rio Grande do Sul, ocorrem via Consulta Popular (CP), avaliando sob uma ótica quantitativa a participação da população do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões nos processos democráticos de planejamento territorial. Conjuntamente o estudo pretende analisar o grau de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), entendendo-as como instrumentos de apoio ao processo de planejamento territorial que embasam as políticas de desenvolvimento regional.

O artigo desenvolve-se em três seções, sendo a primeira um resgate teórico da relação entre o Planejamento Territorial e os Processos Democráticos Participativos, em um segundo momento, a análise teórica do papel e a importância das TICs nesse processo de Democracia Participativa. As últimas partes do estudo analisam os dados da participação democrática do COREDE Missões e de seus

municípios nas Consultas Populares, entre 2005 e 2010<sup>6</sup>, bem como a utilização do impacto da TICs (votos pela Internet) nesses processos democráticos participativos.

## Planejamento Territorial e Orçamento Popular

O olhar sobre a forma de ordenar os territórios<sup>7</sup> é uma discussão que tem avançado significativamente nas últimas décadas em decorrências das expressivas assimetrias regionais que o sistema capitalista tem causado. Brandão (2011), ao analisar a questão do ordenamento territorial, utiliza a abordagem de Brenner<sup>8</sup>, demonstrando que os métodos tradicionais atuam apenas na busca de novas segmentações e de estratégia de “re-regulamentação” para constituir novas capacidades institucionais que promovam o desenvolvimento, apresentando graves limitações por não atenderem às necessidades de um debate efetivamente multiescalar, que efetivamente expressa os anseios da coletividade.

As forças centrífugas, por sua vez, afirma Santos (1996), podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, que se encontra fora e longe dali. Forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, e forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização.

Para Etges, alguns pontos são fundamentais ao analisarmos um território:

[...] o território tem que ser visto como algo que está em processo, uma forma-conteúdo, o traço de união entre o passado e o futuro imediato. Ele tem que ser visto como um campo de forças, como um lugar de exercício, de contradições entre vertical e o horizontal,

---

<sup>6</sup> A escolha por esse recorte histórico recai sobre os últimos dados trazidos à sociedade pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã – SEPLAG, disponíveis em <http://www.sri.rs.gov.br/>.

<sup>7</sup> A ideia de território aqui assumida é baseada na concepção de Raffestin (1993) e Haesbaert (2002) os quais afirmam que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo. São esses atores que produzem o território, composto por nós, malhas e redes. Assim, na era da globalização, a rede assume papel dinamizador do território, não se opondo ao mesmo. Segundo Haesbaert (2002), o território não significa somente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, incluindo, também, o movimento, a fluidez, as conexões, sendo a rede responsável por transportar o global ao local e vice-versa, tendo tanto um caráter técnico, quanto social.

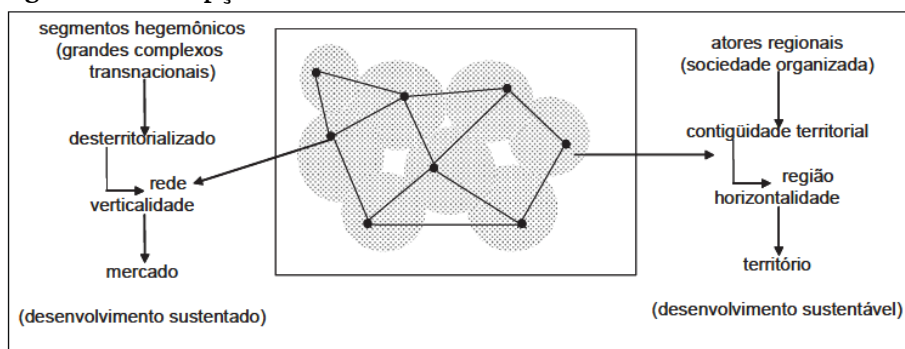
<sup>8</sup> BRENNER, Neil. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. Cadernos Metrópole, EDC: São Paulo, 2010.

entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

A participação ativa dos atores locais, no exercício da governança territorial, efetiva-se nos processos de concertação social, pela elaboração dos consensos grupais ou corporativos, constituindo-se numa das condições básicas para que se efetive uma gestão territorial do tipo societária.

Este processo pode ser observado na Figura 1 a seguir, conforme estudos realizados por (ETGES, 2005).

**Figura 1: Concepções do desenvolvimento territorial**



Fonte: ETGES, 2005.

Boscherini e Poma (2000), em sentido semelhante, referem-se ao sistema institucional territorial como o conjunto de agentes locais que precisam avançar do papel de ferramentas de *government* do território para agentes de *governance* territorial.

Ao assumir o presente conceito de governança territorial, admite-se a sociedade civil de um território ou região como uma das fontes de poder nos processos de governança, referindo-se a um processo de interação entre micro e macro atores que efetivamente contemplam a perspectiva de afirmação dos interesses e necessidades territoriais.

O termo do pacto territorial utilizado por Vázquez-Barquero (2000) para referir-se a um acordo entre os atores públicos e privados permite identificar as ações de natureza diversas que facilitam a promoção do desenvolvimento local integrado de um determinado território ou região. Tal acordo, segundo o autor, baseia-se num projeto que surge no território e que utiliza os recursos e o potencial de desenvolvimento local.

Bardhan (2004), de forma muito incisiva, chama atenção, ao mesmo tempo, para a importância da descentralização e dos seus vícios. Um dos vícios é o relacionado aos governos locais, sujeitos ao que se pode chamar de captura por parte das elites locais. Segundo o autor, a facilidade ou dificuldade para que a elite local capture ou coopte o governo tem relação com vários fatores, dentre os quais se encontram: o nível de desigualdade social e econômica local; a tradição de participação política; de quão consciente seja o votante; do nível de transparência local dos processos democráticos, na tomada de decisão e na prestação de contas dos governos; na forma de atuação dos meios de comunicação locais. A relativização da força das elites locais e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da sociedade civil, só se efetiva em processos qualificados de governança territorial.

### **As TICs e o Processos Democráticos Participativos – Consultas Populares**

No Brasil, a partir do início do século XXI, os gestores públicos despertaram para o valor das TICs como instrumento na construção do futuro. A partir de então, políticas públicas foram criadas para que as novas tecnologias impulsionassem o desenvolvimento.

Desta forma, ao abordarmos o tema democracia referimo-nos democracia representativa nas cinco formas de participação popular autônoma reconhecida pelo sistema constitucional brasileiro: (1) a consulta popular; (2) a iniciativa popular na proposição de projetos de lei; (3) o plebiscito; (4) o referendo; e (5) a ação revocatória de mandato. Resumidamente, a consulta popular é usada quando importantes decisões públicas são tomadas, podendo ser praticada periodicamente. A iniciativa popular na proposição de projetos de lei está prevista nas três instâncias políticas da Federação. O plebiscito, segundo Tavares (2000), coloca os cidadãos diante de uma decisão dicotômica implicando uma grande simplificação das questões políticas envolvidas.

No Brasil, o plebiscito constitui-se um requisito para “as decisões que envolvem criação, incorporação, fusão, subdivisão e desmembramento de Estados e municípios” (Tavares, 2000, p. 135).

O uso das TIC's nos sistemas de democracia representativa é considerado por Subirats (2002) como um instrumento passível de melhora no seu funcionamento e suporte. Tem a capacidade de aprimorar a relação entre cidadania e instituições representativas, sendo capaz de criar novas vias para compreender a cidadania e a



política democrática, utilizando as potencialidades que as mesmas oferecem.

Shapiro (1999) define que essas novas formas seriam expressas através da democracia eletrônica que utiliza as TIC's, nos processos políticos democráticos, por parte dos governos, partidos políticos, grupos de interesse, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações não governamentais internacionais e pelos cidadãos, individualmente.

Através da democracia eletrônica, a sociedade poderia praticar um novo tipo de poder civil, o que significaria mais do que a simples habilidade para votar por meio da técnica. A denominação democracia eletrônica refere-se às relações políticas que se dão por meio da rede, enquanto veículo. Sanchez (2007) lembra que a rede, por si só, nada mudará sem reformas na maneira como se entende o espaço público.

A opção pela TICs teria capacidade para, ao menos, melhorar o que já existe: comunicação, interação (relações), aproximação, participação e construção da cidadania, controle das ações governamentais, transparência, serviços públicos, legitimação do sistema representativo, responsabilidade coletiva, apoio ao surgimento de novas identidades políticas e civis.

Como ameaça a plena utilização das TICs, Shapiro (1999) atenta para o perigo de como a Internet pode induzir ao abandono dos processos deliberativos tradicionais- elemento central no processo de representatividade democrática.

Sob o olhar dos fatores limitantes das TICs para promover a inclusão democrática, Sánchez (1999) salienta que a massiva dependência a essas novas tecnologias pode ser temerária em função da possibilidade de uma estratificação digital, esta entendida como sendo as desigualdades de acesso físico ao aparato tecnológico ou à conexão telefônica, à habilidade pessoal (repleta de significação) de utilizar este aparato e à capacidade de adaptação psicológica e cultural às tecnologias, que algumas pessoas e regiões possuem em relação a outras.

Esse problema vai além da simples carência econômica que impede o acesso a computadores conectados à rede, à velocidade de conexão ou ao nível de conhecimento operatório das ferramentas tecnológicas. Dentre as barreiras, estão: a incapacidade de muitos indivíduos em transformar informações acessadas na Internet em conhecimento; a incapacidade de discernir informações de qualidade de publicidade prejudicial dentre o gigantesco fluxo informativo diário e saber o que fazer com tantas informações, como utilizá-las para aperfeiçoar seus conhecimentos e ações. O acesso desigual às TICs

permite questionar sua utilização em busca de uma democracia mais participativa, o que potencializaria as desigualdades entre as sociedades, regiões, pessoas, indo de encontro às bases de estabelecimento de verdadeiro projeto de desenvolvimento regional (SÁNCHEZ, 1999, p. 32).

No estado do Rio Grande do Sul, Brasil, a utilização das TICs para a construção de um projeto de Desenvolvimento Regional passa pelo voto via Internet, de que a sociedade pode se utilizar para participar de um sistema de Orçamento Participativo, denominado Consulta Popular (CP). Nessa CP, as regiões elencam quais as prioridades da sociedade, na utilização de recursos de natureza estadual, com o objetivo de promover o Planejamento territorial com vistas ao Desenvolvimento Regional.

### **O COREDE Missões na Consulta Popular**

A região que abrange o Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões - COREDE Missões, está localizada a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - RS e compreende uma área de 12.855,5 km<sup>9</sup>, formada por vinte e cinco municípios, que apresentam um PIB per Capita de R\$25.232,00<sup>10</sup> e uma expectativa de vida ao nascer de 72,08 anos<sup>11</sup>, demonstrada na Figura 2.

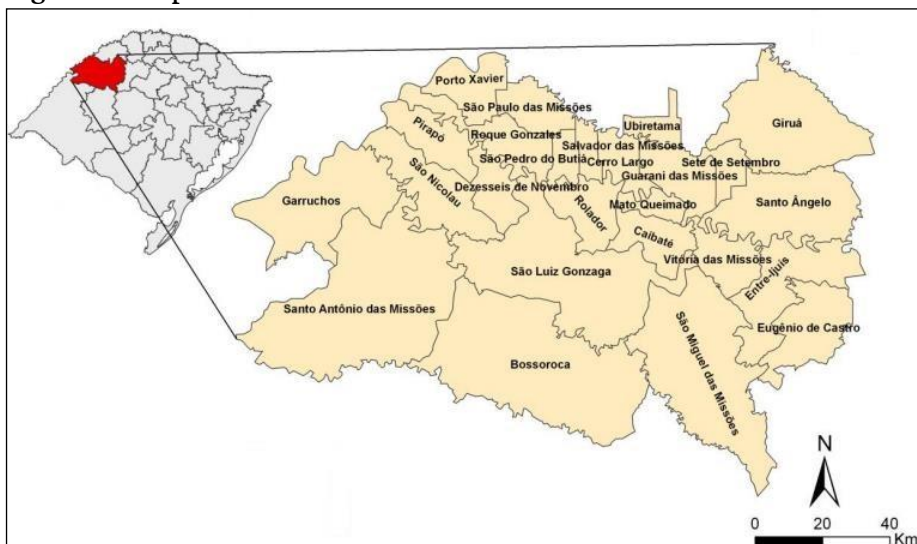
Os Conselhos de Desenvolvimento Regionais instituídos no Estado do RS foram instituídos pela lei estadual Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, entre outros com o objetivo de apoiar políticas de desenvolvimento regional, baseado em práticas descentralizadas e mais democráticas de atuação. Foram criados vinte e oito COREDEs em todo Estado do RS, conforme as heterogeneidades de cada território.

---

<sup>9</sup> Dados da fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2013).

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Dados IBGE para o ano referência de 2000.

**Figura 2: Mapa COREDE Missões**

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS, 2013.

O COREDE Missões possui 196.783 eleitores, de um total de 8.392.033 do RS, perfazendo uma representatividade eleitoral de 2,34%. A participação da população missioneira pertencente ao COREDE Missões em relação à Consulta Popular teve um crescimento absoluto entre 2005 e 2010 de 12.867 votantes, o que representa um incremento de 33,4%, conforme pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1: Número de Votantes na Consulta Popular COREDE Missões e RS, para o período de 2005-2010**

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010
a) Estado	674.075	726.980	369.417	478.310	950.077	1.217.067
b) Missões	38.517	36.045	15.547	25.847	43.450	51.384
%	5,71%	4,96%	4,21%	5,40%	4,57%	4,22%

Fonte: SEPLAG - Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Embora o incremento de votantes do COREDE Missões tenha sido representativo, foi bem inferior ao avanço do estado, o qual teve um crescimento aproximado de 90%. Desta forma, a análise anual dos dados demonstra que, embora a participação do COREDE Missões tenha se elevado em termos absolutos, verificamos uma queda em termos percentuais de 2005 em relação a 2010. Na comparação da região em relação ao estado, para os cinco anos, observa-se o engajamento médio de 4,58%, sendo os anos de 2005 e 2008 os de maior

participação popular, com índices acima dos 5% e o ano de 2007 com o menor percentual: 4,21%. Dados esses que evidenciam que a região seguiu a mesma tendência do estado, em termos de participação.

Quando analisado comparativamente a participação na consulta popular à representatividade eleitoral, constatamos que ela representa o dobro da participação eleitoral na consulta popular, pois enquanto a representatividade eleitoral é de cerca de 2%, a representatividade média na Consulta Popular foi próxima aos 5%. Sendo assim, é representada a participação individual dos municípios na Tabela 2.

**Tabela 2: Participação municipal do COREDE Missões na Consulta Popular – Número de Participantes em relação Número de Eleitores, período 2005-2010**

Município	Nº Eleitores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Bossoroca	5.816	17,38%	14,87%	7,93%	8,20%	24,71%	24,81%	16,32%
Caibate	3.874	25,92%	10,82%	7,74%	7,15%	31,65%	24,08%	17,89%
Cerro Largo	9.993	4,62%	6,58%	2,00%	4,55%	7,83%	14,72%	6,72%
Dezesseis de Novembro	2.442	19,98%	11,30%	4,95%	5,08%	23,30%	21,46%	14,35%
Entre-Ijuis	6.877	13,87%	15,57%	6,97%	4,75%	22,58%	19,66%	13,90%
Eugenio de Castro	2.395	15,78%	28,31%	5,26%	10,52%	29,81%	34,74%	20,74%
Garruchos	2.891	5,40%	10,79%	0,03%	6,05%	7,13%	9,03%	6,40%
Giruá	14.446	32,50%	5,50%	16,63%	20,08%	30,64%	35,49%	23,47%
Guarani das Missões	6.329	26,31%	2,26%	13,29%	10,33%	30,42%	46,72%	21,55%
Mato Queimado	1.614	24,66%	31,85%	5,20%	13,07%	26,21%	38,72%	23,29%
Pirapo	2.223	27,80%	60,37%	8,82%	11,07%	31,53%	26,59%	27,70%
Porto Xavier	8.765	34,32%	15,31%	6,16%	4,95%	12,34%	20,97%	15,68%
Rolador	2.532	25,16%	42,81%	15,96%	21,88%	29,94%	32,50%	28,04%
Roque Gonzales	5.436	11,20%	12,73%	0,39%	7,25%	22,48%	22,66%	12,79%
Salvador das Missões	2.211	41,93%	16,82%	12,03%	22,52%	47,13%	52,74%	32,20%
Santo Ângelo	58.471	13,34%	16,08%	7,38%	14,22%	21,55%	26,98%	16,59%
Santo Antônio das Missões	9.640	20,12%	9,08%	0,93%	11,42%	17,47%	16,72%	12,62%
São Luiz Gonzaga	26.749	21,64%	31,92%	10,35%	19,15%	20,28%	26,66%	21,67%
São Miguel das Missões	5.727	10,53%	4,63%	3,89%	5,08%	10,77%	13,58%	8,08%
São Nicolau	4.501	19,44%	12,15%	2,49%	6,62%	24,66%	21,86%	14,54%
São Paulo das Missões	4.974	45,11%	28,63%	6,27%	17,61%	38,08%	29,92%	27,60%
São Pedro do Butiá	2.228	29,13%	4,53%	5,16%	10,91%	19,30%	23,79%	15,47%
Sete de Setembro	1.765	41,53%	33,20%	25,55%	16,71%	31,05%	47,65%	32,62%
Ubiretama	1.947	18,34%	9,45%	5,60%	53,83%	23,99%	30,56%	23,63%
Vitoria das Missões	2.937	17,57%	21,21%	14,20%	9,60%	20,77%	16,10%	16,58%
Média		22,54%	18,27%	7,81%	12,90%	24,22%	27,15%	

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Os dados apresentam-se muito díspares. O município de Ubiretama, que apresentou um percentual médio de participação no período analisado, com 23,63%, teve em 2007 uma participação de

apenas 5,8% dos eleitores cadastrados no município e, no ano posterior, obteve a máxima participação com exitosos 53,83%. Em contraponto, a municipalidade que apresentou o menor nível de participação foi Garruchos, com 0,03%, seguido por Roque Gonzales, com 0,39%, ambos em 2007.

O município com a melhor média de participação nos cinco anos ficou a cargo de Sete de Setembro, com 32,62%, com uma participação máxima de 47,65% em 2010 e a menor em 2008, com 16,71%. Para resumir as informações, estabeleceu-se a norma de apresentar os cinco municípios com a maior participação e os cinco municípios com o menor percentual de participação na consulta popular – considerando o agregado dos votos (votos manuais + votos Internet).

A característica comum dos municípios com as cinco maiores participações médias apresentadas são que os mesmos são municípios pequenos, não se configuram entre as cinco maiores economias do COREDE Missões, municípios onde a coesão e a articulação é mais facilmente obtida. No caso dos municípios com menores participações médias, também se verifica que são municipalidades de menor expressão (exceto o caso de Cerro Largo).

**Tabela 3:** Municípios com os cinco maiores e os cinco menores percentuais de participação média na Consulta Popular, entre 2005-2010

Município	Participação Média	Município	Participação Média
Sete de Setembro	32,62%	Garruchos	6,40%
Salvador das Missões	32,20%	Cerro Largo	6,72%
Rolador	28,04%	São Miguel das Missões	8,08%
Pirapo	27,70%	Santo Antônio das Missões	12,62%
São Paulo das Missões	27,60%	Roque Gonzales	12,79%

Fonte: Elaborada pelos Autores.

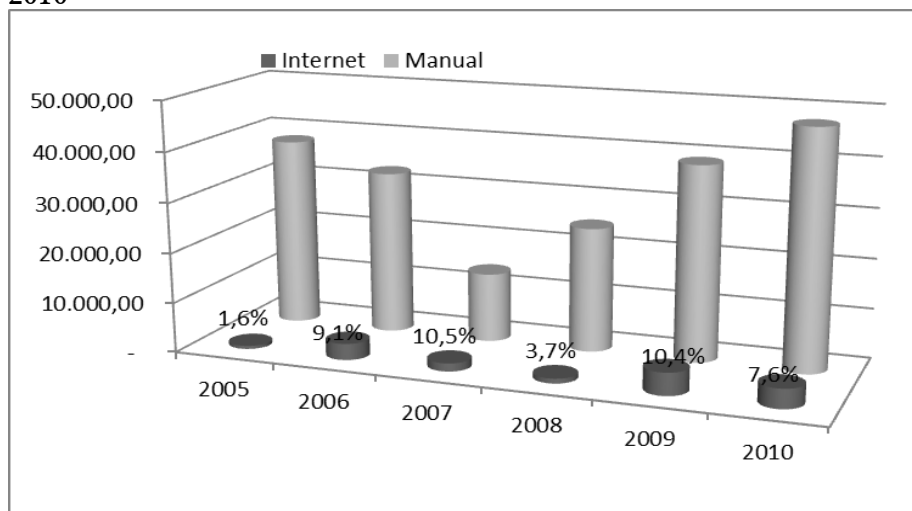
### As TICs na Consulta Popular do COREDE Missões

A crença inicial de que a adoção das TICs seria uma ferramenta de alavancagem na participação da coletividade mostrou-se de certa forma diferente aos resultados constatados. A Figura 3

abaixo demonstra como a região utilizou-se das TICs para participação no período de 2005-2010.

Uma análise prematura desses dados poderia argumentar que a baixa participação via TICs justifica-se pelos argumentos de Wilhelm (2000) e Maia (2002), os quais atribuem às TICs um processo de assimetrias sociais, econômicas e culturais reforçadas por barreiras digitais, assim como a teoria de Sanchez (1999) da estratificação digital. Para tentar comprovar ou não esses fenômenos, os quais poderiam explicar a baixa participação, partiu-se da hipótese que municípios com maior PIB deveriam ter maior participação por serem menos afetados pelas barreiras ou pela estratificação digital.

**Figura 3:** Votos Manuais e pela Internet na Consulta Popular do COREDE Missões e o percentual representativo, para o período 2005-2010



Fonte: Elaborada pelos Autores.

Assim, buscou-se capturar os municípios com maior média<sup>12</sup> de utilização de Internet na Consulta Popular e a colocação ordinal de seus respectivos PIBs<sup>13</sup>.

O objetivo do cruzamento dos dados era verificar se os municípios com maior PIB teriam melhor média de utilização das TICs na Consulta Popular e vice-versa. Da análise relacional dos dados, não

<sup>12</sup> Média Aritmética dos cinco anos.

<sup>13</sup> Considerou-se aqui o PIB de 2013, fornecido pela Fundação de Economia e Estatística.

se obteve relações fortes que corroborassem a tese, pois, dos cinco maiores PIBs da região, apenas um esteve presente no grupo das cinco maiores médias de utilização da Internet na Consulta Popular. Na outra ponta da tabela, verificamos que, entre as cinco piores médias de utilização de Internet, tivemos três municípios que apresentam os cinco PIBs mais baixos da região. Desse cruzamento de dados, obteve-se:

**Tabela 4:** Participação média municipal do COREDE Missões, de votos pela Internet na Consulta Popular, período 2005-2010 e o Ranking do PIB Regional

Município	Média Participação	Ranking PIB	Município	Média Participação	Ranking PIB
Eugênio de Castro	21,88%	10º	XVI de Novembro	2,11%	25º
Garruchos	21,09%	15º	VII de Setembro	1,55%	21º
Roque Gonzales	20,65%	14º	Bossoroca	1,43%	9º
Santo Ângelo	14,97%	1º	Mato Queimado	1,33%	22º
Salvador Missões	13,57%	17º	São Nicolau	1,2%	16º

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Os dados demonstram que, dentre os cinco municípios com maior PIB da região, apenas Santo Ângelo esteve entre os cinco municípios com maior média de utilização das TICs na Consulta Popular, configurado em quarto lugar nesse ranqueamento. Os demais municípios apresentam nível intermediário em termos de geração de riqueza. Considerando o rol dos cinco municípios com menor média de utilização das TICs na Consulta Popular, verificamos a participação de três dos cinco municípios com menor PIB.

Dessa forma, entendeu-se que, embora faltem análises mais criteriosas para assumir as teses apresentadas, verifica-se que as economias situadas entre o 2º e o 5º estão em estratos intermediários, não evidenciando suas vantagens comparativas em termos de infraestrutura comunicacional, mas que a baixa participação das cinco piores economias pode ser explicada por esse fator. Ou seja, poucos são os indícios de incidência da estratificação digital e das barreiras digitais para o caso do COREDE Missões no referido período.

## Considerações Finais

A sociedade civil contemporânea, resultado também muito do avanço dos sistemas participativos do cidadão, ampliou significativamente as oportunidades de escolhas individuais caracterizadas por fragmentações crescentes, ampla diversificação de relações e experiências, pluralidade de estilos de vida e multiplicação de identidades pessoais. Identidades essas que, segundo Wood (2003), “dissolveram todas as antigas certezas e universalidades”, possibilitando novas “políticas de identidade”, essas representando formas mais inclusivas no alcance emancipatório das pessoas.

Como a participação da população missioneira na CP representa o dobro da representatividade eleitoral do território, com um crescimento absoluto próximo a 33%, embora baixo quando considerado o estado, que cresceu cerca de 90%. Em termos de utilização das TICs, tem-se uma utilização média de 7,15%, considerando que em 2005 a média de utilização foi de 1,6% e, em 2010, de 7,6%, verificando-se que essa participação não ficou restrita às maiores cidades, pelo contrário, aparecendo maior grau de utilização nos municípios com PIBs medianos. Já na análise dos municípios com menor grau de utilização, há uma grande incidência dos municípios com os menores PIBs da região. Assim, abrem-se oportunidades para novos estudos, buscando aprofundar e conhecer as nuances desse processo de construção territorial e social.

## Referências

AMIN, A. Uma Perspectiva Institucionalista sobre el Desarrollo Economico Regional Cadernos IPPUR ano XIV, n. 2, 2000, p. 47-68.

BARDHAN, Pranab. **Democracia local y gobernanza**. Revista Instituciones y Desarrollo, n. 16, 2004, p. 7-14.

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BOISIER, Sérgio. **Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público**. Santiago de Chile: ILPES/CEPAL, 1995.

BOSCHERINI, F. y POMA, F. **Más allá de los distritos industriales: el nuevo concepto de territorio en el marco de la economía global**. In BOSCHERINI, F. y POMA, F. (Compiladores). **Territorio**,



conocimiento y competitividad de las empresas – El rol de las instituciones en el espacio global. Miño y Dávila Editores. Buenos Aires/Madrid: p. 23-38., 2000,

BRANDÃO, Carlos. **A busca da utopia do planejamento regional**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: n. 120. jan/jul. p. 17-37, 2011. Disponível em: [http:// carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2012/01/Brand%C3%A3o2011Ipardes4.pdf](http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2012/01/Brand%C3%A3o2011Ipardes4.pdf).

CÓRDOBA, Manuel Benabent F. de. **El interés general en la filosofía política**. Un concepto ético y normativo necesario para la planificación territorial. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles N.º 53 – 2010.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma**. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. **Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales: redefiniendo el cenário global-local**. Santa Fé (AR): Ediciones UNL Universidad Nacional Del Litoral, 2003.

FERNÁNDEZ, V. R. e BRANDÃO, C.. **Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafios para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 9-16, UCDB: Campo Grande, 2002. Disponível em: [http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4\\_denis\\_maillat.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_denis_maillat.pdf).

MORGAN, Kevin. **Ciudades-región em Europa: innovación, aprendizaje y la nueva gobernanza territorial**. *Ekonomiaz* N. 58, 1º Cuatrimestre, p. 176-195. 2005.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, Vol 8, nº 14, p. 79-105, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/11615>.

SÁNCHEZ, Jordi. **“Internet como instrumento de participación”**. In: FONT, Joan. (Coord). *Ciudadanos y decisiones públicas*. Barcelona: Ariel, 2007.

---

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. **Ordenamento e Planejamento Territorial: Conceitos, aplicações e desafios atuais**. Material de Aula, Não Publicado. PPGDR. Santa Cruz do Sul: 2015.

SUBIRATS, Joan. “**Los dilemas de una relación inevitable: Innovación democrática y tecnologías de la información e de a comunicación**”. In: CAROU, Cairo Heriberto. *Democracia digital: Limites e oportunidades*. Madrid: Trotta, 2002. Disponível em <http://www.democraciaweb.org/subirats>. Acesso em 08/11/2010.

TAVARES, J. G. (org.) **Totalitarismo tardio: o caso do PT**. 2. ed. Porto Alegre: (2000). Mercado Aberto.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **La Política de Desarrollo in Itália: instrumentos y experiencias**. Santiago de Chile: CEPAL - Proyecto CEPAL/GTZ, 2000.